

**NARCISO MOREIRA, MARIA PALMIRA ALVES
& ANA MARIA COSTA E SILVA**

narciso.moreira@btw.com.pt; palves@ie.uminho.pt; anasilva@ie.uminho.pt

**BETWEIEN - CHALLENGE AND SUCCESS, LDA, PORTUGAL / INSTITUTO
DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL / INSTITUTO
DE EDUCAÇÃO, CECS, UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL**

A EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO EM MEDIAÇÃO: UM ESTUDO COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

RESUMO

A educação para o empreendedorismo é cada vez mais referenciada nos documentos da União Europeia, constituindo um aspeto essencial para o desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e deve ser entendida como uma atitude geral e transversal dos cidadãos, onde se poderá incluir a criação de novas empresas. O espírito empreendedor desenvolve-se num ambiente que encoraje formas ativas de aprendizagem e deve desenvolver-se ao longo da vida numa lógica de transversalidade. Alguns estudos publicados pelo governo português destacam a iniciativa e o empreendedorismo como uma das competências-chave para Portugal até 2020. Neste sentido, desenvolveu-se uma formação em Educação para o Empreendedorismo, numa Instituição de Ensino Superior pública, com 10 estudantes que frequentavam uma Unidade Curricular (UC) integrada no plano curricular da Licenciatura em Educação, no 3º ano. Um dos objetivos da UC é o de aprofundar abordagens multifacetadas de que se podem revestir as dinâmicas da mediação social e educativa, pelo que a formação mobilizava as competências adquiridas, a aproximação a novas oportunidades e o desenvolvimento de competências empreendedoras. Esta formação teve a duração de 34 horas (19 horas presenciais e 15 horas de trabalho autónomo) e foi realizada por um investigador experiente, que obteve autorização do diretor de departamento e do diretor de curso. As estudantes, em grupo, construíram e apresentaram quatro projetos potencialmente inovadores que, tomando como base os princípios da formação, incidiram na intervenção em mediação. Algum tempo após a formação, foram realizadas entrevistas estruturadas às estudantes para compreender o contributo da formação. Os dados foram analisados com recurso à análise de conteúdo. Os resultados indiciam uma consciencialização da relevância que estas competências podem assumir no futuro profissional das estudantes.

PALAVRAS-CHAVE

Educação; empreendedorismo; mediação; inovação

1. A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA – REFERENCIAIS TEÓRICOS E INSTITUCIONAIS

O conceito de educação para o empreendedorismo, avançado pela União Europeia, assenta no “desenvolvimento de determinadas qualidades pessoais”, pelo que “não está diretamente centrado na criação de novas empresas” (CCE, 2004, p. 6) sendo que o “espírito empreendedor desenvolve-se num ambiente que encoraje as formas ativas de aprendizagem” (CCE, 2002, p. 8). A relevância que o empreendedorismo assume para Portugal foi, também, referenciada nos documentos editados pelo Governo de Portugal, onde se destaca a iniciativa e o empreendedorismo como uma das competências-chave para Portugal até 2020.

Diversos estudos científicos (Grilo & Irigoyen, 2005; Grilo & Thurik, 2006) estabeleceram uma relação direta entre o empreendedorismo e a criação de empresas. Os autores consideram que se é verdade que existem indivíduos que são empreendedores natos, não é menos verdade que uma atitude empreendedora pode e deve ser suscitada nos cidadãos, desde o início da escolarização e, conseqüentemente, que o empreendedorismo não pode nem deve ser considerado tão-somente como um meio para criar empresas, mas pode e deve também constituir-se como uma atitude geral/transversal com potencial impacto relevante na vida quotidiana, tanto pessoal como profissional, de todo e qualquer cidadão. Outros autores apresentam que uma estratégia de empreendedorismo deve passar pela educação com uma intervenção crítica em todos os níveis de aprendizagem (Redford, 2009).

Mais recentemente, a Comissão Europeia (EACEA, 2012, p. 5) define o empreendedorismo como “a capacidade de um indivíduo transformar ideias em ações”, reforçando ainda a sua importância não só para o desenvolvimento socioeconómico, mas também ao nível da participação cívica. Por sua vez, Andrade (2005) refere que a educação para o empreendedorismo promove no educando a sua autonomia de pensamento, iniciativa e ação para empreender de forma consciente, inovadora e criativa na sua própria vida, mas também na transformação da sociedade em que vive, fortalecendo com isso o exercício da cidadania plena, comprometida e responsável.

O empreendedorismo não deve, portanto, ser entendido como um conteúdo formal a ser abordado em contexto escolar, mas sim como uma proposta que adote metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem que “favoreçam e incentivem atitudes e posturas, tais como: autonomia, iniciativa, autovalorização, ética, criatividade, cidadania, liderança, diálogo,

participação, desenvolvimento de projetos, resolução de problemas, boa utilização de informação e dos recursos, inovação e pioneirismo” (Andrade, 2005, p. 13). Deste modo, dissemina-se a cultura empreendedora, proporcionando aos alunos ferramentas para uma consciência coletiva, adquirindo competências técnicas, tornando-se num melhor profissional (Andrade, 2005, p. 14).

Para além da sua preocupação em promover a atitude empreendedora junto dos alunos, a educação para o empreendedorismo é entendida como uma proposta que adota metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem que favoreçam e incentivem características de carácter transversal, que possam ser úteis aos alunos independentemente da profissão que futuramente exerçam e preparando-os para a volatilidade do mercado de trabalho e percursos profissionais (Moreira & Carvalho, 2009).

A promoção desta atitude empreendedora deve ser desenvolvida no âmbito da respetiva estrutura curricular, perspetiva que também ela corresponde a uma das opções de implantação da educação para o empreendedorismo no ensino superior avançadas pela Comissão Europeia, nomeadamente, quando esta instância europeia declara que as instituições de ensino “devem incorporar o empreendedorismo como elemento importante dos currículos, repartido por várias disciplinas”, sendo a outra opção – até numa perspetiva de complementaridade da primeira – a de “exigir ou encorajar a participação em cursos de empreendedorismo” (CCE, 2006, p. 9).

Ainda como reforço da importância que o empreendedorismo assume para os países da Comunidade Europeia, em 2006, através da recomendação 2006/962/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, destaca-se o empreendedorismo como uma das oito competências-chave, consideradas essenciais à realização e ao desenvolvimento pessoal, à inclusão social, à cidadania ativa e ao emprego.

2. FORMAÇÃO ESPECIALIZADA EM MEDIAÇÃO EDUCACIONAL: Mestrado em Mediação Educacional e Supervisão na Formação

A mediação socioeducativa constitui uma prática socioprofissional em expansão na sociedade atual. Tem já várias décadas de implementação nos vários continentes; contudo, tem sido revisitada como uma modalidade de intervenção social importante para assegurar a integração de populações vulneráveis, contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a

convivência cidadã intercultural e promover uma nova cultura de cidadania, desafios importantes da sociedade contemporânea.

As diversas perspectivas e modelos de mediação abrem as suas potencialidades para além de uma técnica específica no quadro de resolução alternativa de conflitos, conferindo-lhe, também, visibilidade enquanto processo cooperativo e mesmo preventivo no domínio da cultura de cidadania e educação para a paz. A mediação é, tal como temos vindo a referir (Silva et al., 2010; Silva, 2011), uma atividade fundamentalmente educativa e social. Educativa, pois o objetivo essencial é proporcionar uma sequência de aprendizagem alternativa (nomeadamente entre pessoas em conflito, explícito ou implícito), superando o estrito comportamento reativo ou impulsivo, contribuindo para que os participantes no processo de mediação adotem uma postura reflexiva. A mediação é também uma atividade social, pois promove a compreensividade entre os diferentes participantes no processo de mediação, defende a pluralidade, as diferentes versões sobre a realidade e fomenta a livre tomada de decisões e compromissos, contribuindo para a participação democrática e para uma cultura de mudança social (Munné & Mac-Cragh, 2006; Torremorell, 2008).

Considerando a relevância que a mediação, nomeadamente, a mediação socioeducativa, tem evidenciado como sendo uma prática cada vez mais adequada na esfera global, e persuadida da importância de formação especializada nesta área, a Universidade do Minho, e mais concretamente o Instituto de Educação, considerou dever integrar esta área de formação na sua oferta formativa.

Em Portugal, apesar de existirem normativos para a prática formal da mediação e dos mediadores em contextos educativos, não existe regulamentação definida para a formação específica no âmbito da mediação socioeducativa e respetiva acreditação. Um estudo realizado em 2010 (Silva et al., 2010), a nível nacional, indicou a inexistência de uma formação básica e consistente a nível das diferentes instituições que ofereciam formação neste âmbito, na sua grande maioria associações privadas. Ao longo da 1ª década do séc. XXI, foram sendo implementadas diferentes ofertas formativas, na sua maioria dispersas e sem regularidade, por algumas instituições de Ensino Superior Público e Privado, tanto em Portugal como noutros países europeus, dos quais salientamos a Espanha e França. A Universidade do Minho é a única instituição do Ensino Superior Público, em Portugal, que assumiu a formação sistemática ao nível da graduação e pós-graduação (Mestrado) desde o ano de 2006.

O curso de Mestrado em Educação, na área de especialização em Mediação Educacional e Supervisão na Formação insere-se num Ciclo de Estudos profissionalizante homologado pela Resolução SU-88 de 2006 e corresponde a um programa de estudos de natureza interdisciplinar que tem como finalidade a formação de profissionais com conhecimentos e competências que lhes permitam responder às necessidades atuais no âmbito da prevenção e mediação de conflitos em contextos escolares, sociais e organizacionais com valências educativas, assim como da gestão e supervisão de programas, projetos e atividades desenvolvidos nesses contextos.

Hoje, muitas das inquietações dos profissionais da educação surgem focadas nos conflitos e nas tensões sociais próprias de espaços de vida em contínua transição, económica, política e social, que facilmente se produzem nos contextos de intervenção socioeducativa. Os agentes educativos são chamados a responder, de forma clara e coerente, a múltiplas e complexas situações que acontecem de forma rápida nos mais variados contextos de educação formal e não formal, tradicionais e emergentes. Neste sentido, este Mestrado visa desenvolver competências de mediação – preventiva e resolutiva – capacitando para a promoção de formas de participação social e liderança democrática, da facilitação da comunicação e interação, da gestão pacífica de conflitos e da emancipação pessoal e social.

Com este entendimento, os objetivos deste Curso de Mestrado são:

- i) habilitar para o exercício autónomo de funções de mediação educacional;
- ii) desenvolver competências para o exercício profissional em mediação educacional em diversos contextos socioeducativos, públicos ou privados;
- iii) proporcionar uma formação académica de natureza teórica e prática que favoreça a concretização da prática e ofereça recursos teóricos e metodológicos e técnicas específicas de mediação educacional e supervisão da mediação;
- iv) desenvolver metodologias de investigação em educação ajustadas ao estudo e à intervenção em processos de mediação educacional e de supervisão da mediação;
- v) desenvolver capacidades de gestão de projetos e programas de mediação educacional, conceção de dispositivos de mediação, assessoria de projetos e supervisão nesse âmbito.

Esta formação dirige-se a licenciados em Educação, Ciências da Educação, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, Direito e a outros licenciados que intervêm em áreas em que as competências de mediação sejam relevantes, habilitando para a intervenção profissional como: Mediador/a Escolar (Agrupamento de Escolas TEIP, Escolas dos vários níveis de ensino, Ensino Especial, Centros Escolares, entre outros); Mediador/a Socioeducativo (Bairros, IPSS, Bibliotecas, Museus, CPCJs, Lares de Acolhimento

de Crianças e Jovens, Autarquias, Prisões e Centros Educativos, entre outros); Coordenador/a de equipas em instituições com valências no âmbito da educação, da intervenção social, da saúde, da justiça, da administração local, entre outros.

3. OPÇÕES METODOLÓGICAS

3.1. APRESENTAÇÃO DA FORMAÇÃO EM COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS OTIMIZADAS E PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

O programa Formação em Competências Empreendedoras Otimizadas foi implementado durante 34 horas (19 horas presenciais e 15 horas de trabalho autónomo), tendo participado 10 estudantes que frequentavam o 3º ano de uma Licenciatura no domínio das Ciências Sociais e Humanas, numa Universidade pública Portuguesa. A idade média dos participantes é de 20 anos, sendo todos do sexo feminino.

Procedeu-se à organização da ação tomando em consideração as seguintes fases para a sua implementação:

Fase 1 – Divulgação e inscrições: 4 semanas

Fase 2 – Contextualização teórica- 2 semanas (6h de formação)

Fase 3 – Pré-projeto – 2 semanas (6h de formação)

Fase 4 – Trabalho autónomo- consultoria não-presencial 3 semanas (15h)

Fase 5 – Apresentação pública (4h)

Fase 6 – Avaliação (3h)

Os conteúdos visaram a promoção da educação empreendedora, seguindo os referenciais teóricos e institucionais acima identificados, incluindo os seguintes elementos:

- Contextualização: o empreendedorismo; a atitude empreendedora; as competências transversais e o mercado de trabalho; a educação para o empreendedorismo; o intra-empreendedorismo; os projetos e a criação de valor
- Pré-projeto: o conceito e o modelo; o aspeto diferenciador; o marketing aplicado ao conceito/estratégia; plano de viabilidade financeira

- Trabalho autónomo / consultoria não-presencial: leituras e benchmarking; trabalho de desenvolvimento do projeto; preparação da apresentação; questões, respostas e feedback pelo formador/consultor
- Apresentação pública; apresentação de todos os trabalhos; sessão de networking
- Avaliação: auto e heteroavaliação.

Estes conteúdos foram desenvolvidos numa lógica de interação e o trabalho autónomo consistiu no desenvolvimento de um projeto de intervenção, pelas estudantes, para aplicação dos conteúdos e consolidação das competências adquiridas ao longo do curso.

As estudantes foram divididas em 5 grupos e cada grupo elaborou o seu projeto de intervenção, onde foram aplicadas as competências empreendedoras.

Neste texto, apresentamos a perceção das estudantes que participaram na Formação em Competências Empreendedoras Otimizadas, nomeadamente, no que diz respeito à relevância da ação para a sua afirmação profissional, sobretudo enquanto mediadoras, uma vez que a maioria das participantes nesta formação prossegue os estudos na área da Mediação Educacional e Supervisão na Formação. Pretendeu-se, em última instância, verificar se a formação em Competências Empreendedoras Otimizadas promoveu o desenvolvimento de competências de carácter empreendedor.

3.2. NATUREZA DO ESTUDO, INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

A natureza qualitativa e descritiva do estudo e, ainda, tendo em consideração a relevância da entrevista como recurso preponderante de recolha de informação, em estudos científicos que têm examinado, tanto a questão do empreendedorismo, como da educação para o empreendedorismo, recorreu-se a esta técnica para recolher os dados. As entrevistas foram estruturadas, realizadas algum tempo após a formação e pretendiam conhecer a perspetiva das estudantes sobre a i) relevância da formação para a área da mediação; e ii) a inclusão desta área na estrutura curricular. Responderam à entrevista 8 das 10 formandas, que foram codificadas de F (F1 a F8). Os dados foram tratados com recurso à análise de conteúdo (Bardin, 2009), que proporcionou a análise dos conteúdos das mensagens dos entrevistados.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Relativamente a relevância da formação para a área da mediação, todas as participantes na ação consideraram que a formação lhes permitiu adquirir conhecimentos na área da mediação: “aprendi a conceber um projeto na área da Mediação” (F3); “o empreendedorismo permite conceber projetos de intervenção e, desta forma, promover um envolvimento de pessoas” (F1) “promove a construção de ideias” (F4); ajudou-me a desenvolver um projeto na área da Mediação, no sentido em que se pretendia estabelecer uma ligação entre as pessoas que residiam em bairros sociais e os empregadores, de modo a integrá-las na sociedade” (F2); “os conteúdos e competências adquiridas possibilitam colmatar alguma necessidade que possa surgir num determinado contexto na minha inserção no mercado de trabalho” (F5); “proporcionou-nos uma visão mais alargada das nossas potencialidades enquanto profissionais da área da educação e mediação” (F7); “permitiu mobilizar conhecimentos” (F8).

Relativamente à 2^a categoria, as estudantes consideraram que a integração de formações que desenvolvam competências empreendedoras seriam uma mais-valia para os profissionais da área da educação e mediação. Pela semelhança de respostas apresentamos o registo de uma estudante: “estas formações inseridas curricularmente na licenciatura seriam uma mais-valia para os profissionais da área da educação e mediação” (F8).

A avaliação da formação feita pelas estudantes permite-nos realçar:

- a identificação de conhecimentos específicos no âmbito da mediação, tais como, a facilitação da aproximação e comunicação entre diferentes intervenientes e a promoção do diálogo. De salientar que estas estudantes frequentaram UC específicas da área ao longo do ano letivo em que foi realizada a formação;
- a identificação de conhecimentos e competências empreendedoras associadas ao futuro profissional enquanto mediadoras, nomeadamente para responder a múltiplas e complexas situações que acontecem de forma rápida nos mais variados contextos de educação formal e não formal, tradicionais e emergentes;
- a relevância da formação para fomentar o espírito empreendedor na área da mediação, de modo a identificar e a promover contextos de intervenção novos e inovadores associados à emergência da área na contemporaneidade.

5. CONCLUSÕES

Não podendo generalizar os resultados, e assumindo as limitações do estudo, acreditamos que, em contextos similares, a formação para o empreendedorismo potenciará competências de mediação educativa e social, pois facilita a compreensibilidade que deve existir entre os diferentes participantes no processo de mediação e fomenta a livre tomada de decisões e compromissos, tal como sustentam Munné e Mac-Cragh (2006).

A perspetiva das estudantes revela que o empreendedorismo é uma atitude transversal com potencial impacto relevante na vida quotidiana, tanto pessoal como profissional, de todo e qualquer cidadão e que uma estratégia de empreendedorismo deve passar pela educação com uma intervenção crítica (Redford, 2009), com destaque para o Ensino Superior.

O empreendedorismo revelou-se um elemento importante para a formação de nível superior, nomeadamente, em mediação, recomendando-se a sua abordagem em várias UC, ou encorajando a participação em cursos de empreendedorismo, tal como recomenda a Comissão Europeia (CCE, 2006).

REFERÊNCIAS

- Andrade, R. C. (2005). *Introdução: empreendedorismo – um novo passo em educação. O empreendedorismo na escola*. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2002). *Relatório Final do Grupo de Peritos: Projecto sobre a Educação e formação para o Desenvolvimento do Espírito Empresarial no âmbito do “Procedimento BEST”*. Bruxelas: União Europeia.
- CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2004). *Contribuir para a Criação de uma Cultura Empresarial: Um guia de boas práticas para a promoção de atitudes e competências empresariais através da educação*. Bruxelas: União Europeia.
- CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa: Promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem*. Bruxelas: União Europeia.

- Education, Audiovisual na Culture Agency (EACEA) (2012). Entrepreneurship Education at School in Europe: National Strategies, Curricula and Learning Outcomes. EACEA, Brussels. Retirado de http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/135EN.pdf.
- Grilo, I. & Thurik, R. (2006). *Entrepreneurship in the old and new Europe*. Zoetermeer: EIM.
- Grilo, I. & Iigoyen, J. M. (2005). Entrepreneurship in the EU: to Wish and Not to Be. *Small Business Economics*, 19.
- Moreira, N.; Carvalho, D. & Silva, J. (2008). Do perfil empreendedor dos Estudantes nos Cursos de Engenharia da Universidade do Minho: Percepções dos Alunos finalistas do 1º Ciclo. *Actas do Colóquio Educação para o Empreendedorismo*. Universidade do Minho, Braga, 12 de Dezembro de 2008.
- Munné, M. & Mac-Cragh, P. (2006). *Los 10 principios de la Cultura de Mediación*. Barcelona: Graó.
- Redford, D. T. (2009). *The State of Entrepreneurship Education in Portugal – an empirical study on a nascent system in European Union policy framework*. Tese de Doutoramento. ISCTE Instituto Universitário de Lisboa PhD Management
- Silva, A. M. C. (2011). Mediação e(m) educação: discursos e práticas. *Revista Intersaberes*, 12, 249-265.
- Silva, A. M. C.; Caetano, A. P.; Freire, I.; Moreira, M. A.; Freire, T & Ferreira, A. S. (2010). Novos atores no trabalho em educação: os mediadores socioeducativos. *Revista Portuguesa de Educação*, 23(2), 119-151.
- Torremorell, M. C. B. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto: Porto Editora.